**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO Pr. 41/2024**

**Registro de Preço**

**1. APRESENTAÇÃO**

**1.1**. Esse termo de referência tem por objetivo a realização de Pregão Presencial Registro de Preço de acordo com a Lei 14.133/2021, contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA.**

**2. OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto deste Pregão Presencial Registro de Preço a contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA**, do Município.

Promovendo assim melhorias na frota para atender com qualidade os munícipes, apresentando assim, serviço de forma satisfatória a comunidade em geral.

**2.2**. O valor global do objeto a ser licitados estima-se em **R$ 51.520,00 (cinquenta e um mil reais e quinhentos e vinte reais)**, conforme abaixo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Material/Serviço** | **Unid. medida** | **Qtd licitada** | **Valor unitário (R$)** | **Valor total (R$)** |
| 1 | 39425 - **OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO 5W20.**OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO API SN ACEA C5 A1/B1 5W20 ESPECIAL PARA FORD ECOBOOST GASOLINA FLEX DIESEL GNV WSS M2C948B - 1L (- Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | LT | 20 |  75,00 |  1.500,00 |
| 2 | 29095 - **OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO 5W30.** OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO MOTOR GASOLINA ALCOOL GNV SAE 5W30 API SP (ESPECIAL PARA FORD GM FIAT DEXRON 1) 1l. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | LT | 20 |  70,00 |  1.400,00 |
| 3 | 39954 - **OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO 5W40.** OLEO LUBRIFICANTE MOTOR SINTETICO VW MBB RENAULT GASOLINA ALCOOL GNV SAE 5W40 API SP+ (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | LT | 10 |  70,00 |  700,00 |
| 4 | 75 - **OLEO LUBRIFICANTE PARA CORRENTE MOTO SERRA.** Galão de 20 litros - (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 2 |  400,00 |  800,00 |
| 5 | 135 - **LUBRIFICANTE DE TEMPERO PARA MOTOSSERRA.**Lubrificante de elevado poder detergente para motores dois tempos, APLICAÇÕES Recomendado para motores de alto desempenho, tais como motosserras, roçadeiras, motobombas e cortadores de disco, mesmo para os em condições de grandes vações de rotações e cargas, possibilitando o uso de uma maior taxa de diluição e permitindo um maior intervalo entre as descarbonizações dos motores. Recomendado para ser usado na proporção de até 1:50, com períodos de descarbonização de 600 h de operação. Frasco 500 ml. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | UND | 10 |  80,00 |  800,00 |
| 6 | 96 - **OLEO LUBRIFICANTE DE TRANSMISSÃO - SAE 90 - 20 LITROS.**Lubrificante monoviscoso no Grau SAE 90, com nível de desempenho API GL-5. Deverá possuir APROVAÇÃO pela norma MB 235 (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 10 |  830,00 |  8.300,00 |
| 7 | 194 - **OLEO DE TRANSMISSÃO SAE 85W-90 - 20 LITROS**.Óleo mineral multiviscoso com aditivação para resistir à extrema pressão. Recomendado para lubrificação de engrenagens, transmissões, reduções finais e diferenciais. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 2 |  1.200,00 |  2.400,00 |
| 8 | 167 - **OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W - 20 LITROS.**  Óleo para caixa e transmissões 80w. Lubrificante mineral para caixa e transmissões automotivas, com viscosidade no grau SAE 80w, e nível de desempenho API GL-4, que atenda a norma ZF TE-ML17A e que possua APROVAÇÃO pela norma Mercedes- Benz MB 235.5. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 10 |  750,00 |  7.500,00 |
| 9 | 32089 - **OLEO LUBRIFICANTE SAE 10W30 API GL-4 - 20 LITROS**.Óleo lubrificante multifuncional, viscosidade SAE 10w30 e classificação API GL-4 de alto desempenho. Recomendado para uso em transmissões, sistemas hidráulicos e freios úmidos de equipamentos agrícolas. Possui elevada resistência à oxidação e ao cisalhamento. Deve atender às normas Caterpillar TO-2, Alisson C4, e normas CNH (Case-New Holland) MAT 3525 e 3505. Além disso, deverá possuir APROVAÇÃO pela norma ZF TE-ML 03E, ou 05F ou 21F ou ambas simultaneamente. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL | 15 |  680,00 |  10.200,00 |
| 10 | 40897 - **OLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 - 20 LITROS**.Lubrificante mineral multiviscoso para transmissões automotivas, com viscosidade no grau SAE 85w140, e nível de desempenho API GL-5, que atenda a norma MIL-L-2105D e que possua APROVAÇÃO pela norma Mercedes- Benz AH00.40-B-0001- 01ABA. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 4 |  830,00 |  3.320,00 |
| 11 | 11587 - **ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 APICI-4 - MOTOR DIESEL - 20 LITROS.** Lubrificante multiviscoso de alto desempenho para motores a diesel de base mineral, com viscosidade no grau SAE 15w40, classificação API CI-4 e ACEA E7. Deve atender aos níveis de qualidade Caterpillar ECF-2 e possuir APROVAÇÃO pelas normas Mercedes-Benz 228.3 e Volvo VDS- 3. (Certificação ISO - IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos). | GL  | 10 |  550,00 |  5.500,00 |
| 12 | 40913 - **LIQUIDO DE FREIO DOT 3** - Aprovado pelo INMETRO (frasco 500ml) | UND | 20 |  40,00 |  800,00 |
| 13 | 40914 - **LIQUIDO DE FREIO DOT 4** Aprovado pelo INMETRO - (frasco de 500ml) | UND | 20 |  40,00 |  800,00 |
| 14 | 141 - **OLEO TRANSMISSÃO HIDRAULICA ATF - 20 LITROS.**A Óleo hidráulico tipo ATF de alta qualidade, de cor avermelhada, indicado para uso em transmissões automáticas e sistemas de direção hidráulica de veículos e caminhões, que atenda à classificação GM Tipo A Sufixo A. O produto deverá ainda ter APROVAÇÃO pela norma MB 236.2 (DBL 6623.10) - (Certificação ISO- IATF 16949/2016 e ficha técnica dos produtos) | GL  | 10 |  750,00 |  7.500,00 |
| **Total Geral** |  **51.520,00** |

**2.3**. - As quantidades constantes no quadro, são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total dos itens;

**2.4**.– A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração Municipal deverá atender as seguintes exigências;

2.4.1 - Fornecer os itens e quantidades solicitados mediante Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria demandante, nos locais conforme constante na autorização de Fornecimento - AF. Rua Jose Arcelino de Souza, nº 332, Bairro Boa Vista, Junto a Casa da Cidadania – Timbó Grande -SC;

2.4.2 – A empresa Vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto.

**2.5** - Os óleos lubrificantes deverão ser fabricados com **matéria prima nova**, não podendo ser recondicionados ou refinados;

**2.6** - As licitantes deverão cotar e entregar óleos lubrificantes que contenham na embalagem o número do registro na **ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**, e deverão estar de acordo com as normas por ela emitidas;

**2.7** - Todas as licitantes deverão anexar nas propostas a ficha técnica de seus respectivos produtos bem como documento que comprove a homologação de uma montadora de veículo, tratores agrícolas e máquinas pesadas.

**2.8** **– Os itens que contem lubrificantes e graxas deverão conter certificação ISO, IATF 16949/2016, certificação e ficha técnica dos produtos.**

**2.9**. Para o mapa de preços foi realizada pesquisa de preços na região, entre empresas que se dispuseram a ofertar orçamentos, dos quais afixou-se o menor preço entre três orçamentos em questão, conforme anexo ao processo.

**2.10.** Foram realizadas pesquisas por telefone e através de aplicativos de várias empresas do ramo.

**3. DAS JUSTIFICATIVAS**

**3.1.** Os lubrificantes em tela atenderão às necessidades de manutenção, preventiva e corretiva dos veículos da Secretaria de Educação e Esportes e Obras e Infraestrutura, a fim de manter os referidos veículos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, objetivando conservar o bem público, e considerando ainda, a preocupação com a saúde, a segurança, o bem-estar de trabalho da Prefeitura e Secretarias, evitando-se desta forma transtornos para a Administração, no desempenho cotidiano de suas atividades.

**4. DAS ESPECIFICAÇÕES**

**4.1**. Os lubrificantes serão utilizados nos veículos e maquinários da Secretaria de Educação e Esportes e Obras e Infraestrutura.

**4.2.1**. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com o emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para o tipo de equipamento.

**5. PRAZO DE ENTREGA**

**5.1.1.** O prazo de entrega do objeto em condições de uso será fixado no Contrato ou Ata de Registro de Preço.

**6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**6.1**. O recebimento dos lubrificantes, terá como responsável os funcionários de cada Secretaria, juntamente com o Seu Secretário, que irão fazer a conferência dos produtos, em cordo com a especificação licitada.

**6.2**. Em caso de desconformidade de qualquer espécie, o mesmo será devolvido e a empresa terá o prazo impreterível de **72 (setenta e duas) horas para a substituição** por um produto ou serviço em condições aceitáveis por parte da administração.

**7. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**7.1** O contrato será formalizado pelo período de **01 (um)** ano, podendo ser prorrogado e/ou aditivado nos termos da Lei 14.133/2021 se for realizado Contrato.

**8. GARANTIA CONTRATUAL**

**8.1** Não se aplica.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1**. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2**. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção;

**9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante do certame, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1**. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**10.1.1**. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato ou Ata de Registro de Preço, e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**10.1.2**. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**10.1.3**. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**10.1.4**. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.6**. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1**. Não será permitida a subcontratação integral e nem parcial do objeto.

**12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta do Orçamento Municipal para o exercício de 2024.

**13. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

**13.1** As notas ficais deverão ser emitidas em nome de Prefeitura Municipal de Timbó Grande, CNPJ/MF sob n.º 78.497.497/0001-60, com endereço na Av. Jose Arcelino de Souza, nº 332, Bairro Boa Vista, junto a Casa da Cidadania, no Município de Timbó Grande -SC.

**13.2** – A Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, o nº da Ordem de Compra e outros dados que julgar convenientes, não apresente rasura e/ou entrelinhas.

**13.3** – A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

**13.4** - A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de: Prova de regularidade de débito relativa à Seguridade Social e contribuições Federais (CND Conjunta) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**13.5**. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**13.6**. Caso a empresa possua conta corrente em outra instituição financeira que não seja o Banco do Brasil, as despesas bancarias originarias da transferência de pagamento serão por conta da contratada e descontadas no ato do pagamento.

**13.7**. A forma de pagamento será 30 dias posterior a apresentação da nota fiscal, sendo que se estes dias coincidirem com finais de semana, feriados ou recessos o pagamento será feito no próximo dia útil subsequente.

**13.8**. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis.

**14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

**14.1.1**. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**14.1.2**. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**14.1.3**. Fraudar na execução do contrato;

**14.1.4**. Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.5.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.6**. Não mantiver a proposta.

**14.2**. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**14.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**14.2.2.** multa moratória de 05 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

**14.2.3.** multa compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

* **14.2.3.1**. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**14.2.4**. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

**14.2.5**. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**14.3**. Também ficam sujeitas às penalidades, a Contratada que:

**14.3.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**14.3.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**14.3.3**. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.4**. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**14.5***.* A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

Timbó Grande, 15 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Valdir Cardoso dos Santos**

**Prefeito Municipal de Timbó Grande**